

Mito da neutralidade em economia e a questão do desenvolvimento econômico e social

Tiago Wickstrom Alves¹

RESUMO

Esse artigo busca explicitar o caráter ideológico existente na teoria econômica neoclássica. Para isso são analisados os conceitos de mito e de ideologia, que são fundamentais para essa explicitação, e a influência da física Newtoniana no método científico empregado pela economia clássica e neoclássica. A partir dessa análise evidencia-se que a falta de percepção da existência de valores ideológicos nos modelos neoclássicos pode resultar em orientações de políticas que imponham uma incapacidade de desenvolvimento econômico e social e, ainda, gerar custos ambientais.

Palavras-chave: Mito; Ideologia; Método em Economia; Desenvolvimento Social.

ABSTRACT

THE NEUTRALITY MYTH IN ECONOMICS AND THE ISSUE OF SOCIAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT - This paper emphasizes the ideological bias that characterizes the neoclassical economic theory. In order to do so, the concepts of myth and ideology, and the influence of the Newtonian physics in the scientific method employed by classical and neoclassical theories are analyzed. From this analysis is shown that the lack of perception of the existence of ideological values in the neoclassical models could result in policies that inhibit economic and social development and generate environmental costs.

Keywords: Myth; Ideology; Method in Economics; Social Development.

¹ Doutor em Economia e Professor Titular do Curso de Economia da UNISINOS. E-mail: tw@mercado.unisinos.br

Introdução

No desenvolvimento do pensamento econômico houve muitas ramificações, ou seja, surgiram várias correntes, que foram se desenvolvendo com paradigmas diametralmente opostos. Como no caso do marxismo e do marginalismo, onde para um o foco é o movimento social e para o outro o indivíduo. Além disso, o primeiro está em contínuo movimento, onde as forças contrárias direcionam a sociedade para uma transformação, enquanto o segundo é estático, em que as forças opostas convergem para um equilíbrio.

Devido à diversidade de correntes, seria muito pretensioso realizar em um pequeno artigo uma análise que abrangesse todas elas. Assim, focaliza-se a abordagem nas correntes que se desenvolveram a partir de Ricardo e que se propunham desenvolver uma Teoria Econômica objetiva, transcrita em modelos quantitativos.

Para isso, é necessário definir dois conceitos que serão fundamentais nessa abordagem, que são o de mito e o de ideologia.

O sentido de mito aqui utilizado é o dado por Hühme, sendo a finalidade utilizada a proposta por Rose e Rose.

O mito tem vários sentidos, dependendo do enfoque em que é analisado. No que se refere ao conhecimento, conforme Hühme (1989, p. 74-5), há uma relação bipolar do homem com o mito. Por um lado é passiva e, por outro, ele mesmo produz mitos de acordo com seus interesses psicológicos e sociais.

Existem, ainda, mais dois sentidos. O primeiro é o pejorativo, que encara o conhecimento como falso, irreal e desvaloriza o papel do mito. O segundo, mostra o vigor do mito enquanto linguagem que revela o sentido do real, do verdadeiro para o grupo social.

Assim, seu conceito é ambíguo por ter um núcleo falso e verdadeiro. Ora sendo conhecimento ideológico, que passa valores, normas e idéias, mas esconde o verdadeiro significado do fenômeno, ora conhecimento verdadeiro, que atende às profundas necessidades humanas.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que tanto os Clássicos como a Escola Histórica Alemã ou Keynes tinham uma resposta verdadeira para um momento importante da vida. No outro sentido, pode-se avaliar que por trás destes modelos se esconde uma questão ideológica.

O objetivo desta análise é de evidenciar o problema de considerar a teoria econômica como uma atividade científica, que é moralmente e socialmente livre de valoração.

O reconhecimento desta questão é importante para evitar que sejam cometidas injustiças sociais, em nome de uma determinada "lei econômica". "Pois, parece que sua aceitação irrefletida e sem contestação, como se fosse um dogma de fé, é em grande parte responsável pelas aplicações anti-sociais como uso não humano e desumano da ciência, que tem gradativamente contribuído para muitos dos principais problemas do mundo" (ROSE & ROSE, 1987, p. 77).

Definido o conceito de mito, necessita-se definir "ideologia" e, para tanto, será utilizada a definição dada por Chauí (1989, p. 102). Para ela, a história é práxis, definindo

a práxis como um modo de agir, no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes, não sendo possível separá-los. Nessa perspectiva, os homens em movimentos incessantes e em condições que muitas vezes não foram escolhidas por eles instauram um processo de sociabilidade, procurando fixá-la, por meio de instituições, buscando compreender sua própria vida individual e social, bem como sua relação com a natureza e com o sobrenatural através de idéias ou representações.

Porém, essas idéias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social, é que se chama ideologia. Em resumo, com o conceito de polaridade do mito e sua face ideológica, esse texto tem como objetivo principal buscar evidências de que a teoria econômica, dita objetiva e baseada em modelos quantitativos, também é mitificada, tendo um forte caráter ideológico, sendo que esse ocultamento reflete, muitas vezes, um caráter desumano.

O caráter não humano refere-se aqui não somente à relação dessa ciência com os homens, mas também sua visão não ecológica. Essa questão é um objetivo específico, subproduto da análise, que busca evidenciar as conseqüências desses modelos, que por serem reducionistas e apresentarem uma visão do todo, geram uma série de problemas ambientais.

I A influência de Newton e a busca do cientificismo em economia

Um dos elementos fundamentais para entender-se como a teoria econômica culminou em modelos matemáticos, está na influência que os economistas sofreram da física Newtoniana. A descoberta de Newton das leis físicas que governam os astros e a terra, levou os economistas à procura de elementos que apresentassem regularidade nos processos sociais, de forma a obterem leis sociais, ou seja, buscavam um mesmo processo mecanicista para os fenômenos sociais.

Capra, assim escreve sobre essa influência:

O triunfo da mecânica newtoniana nos séculos XVIII e XIX estabeleceu a física como o protótipo de uma ciência "pesada" pela qual todas as outras ciências eram medidas. Quanto mais perto os cientistas estiverem de emular os métodos da física e quanto mais capazes eles forem de usar os conceitos dessa ciência, mais elevado será o prestígio das disciplinas a que se dedicam, junto da comunidade científica. No nosso século, essa tendência para adotar a física newtoniana como modelo para teorias e conceitos científicos tornou-se uma séria desvantagem em muitas áreas, mas, mais do que em qualquer outra, na das ciências sociais.(...) e os cientistas sociais tentaram arduamente adquirir respeitabilidade adotando o paradigma cartesiano e os métodos da física newtoniana (CAPRA, 1997, p. 180).

É importante mostrar como evoluiu o método científico e a influência que esse exerceu nos economistas. Ordenando, poder-se-ia afirmar que a ciência moderna nasce

com Galileu, se instrumentaliza com René Descartes e se formaliza com Isaac Newton (SOLIS, 1978, p. 162).

Quanto à emergência da ciência moderna, há um consenso em atribuí-la a Galileu, não pelo fato de ter sido o único, mas por ter sido o primeiro a formular o método experimental e o problema crítico do conhecimento (SIMON, 1979, p. 123-24).

Dois elementos são inseparáveis no seu método científico, que são a observação e a dedução. Porém, cabe ressaltar, que a comunicação entre o cientista e a natureza era a linguagem matemática, uma vez que estava escrita em linguagem cifrada e cabia, portanto, ao cientista decifrá-la, descobrindo as leis que regem o comportamento da natureza (SIMON, 1979, p. 125-126).

Solis (1978, p. 163) cita Galileu, no que se refere ao parágrafo anterior: "*O grande livro da natureza está escrito em caracteres geométricos*". Descartes, contemporâneo de Galileu, cria as regras do método, que apresenta como característica o reducionismo do método dentro de um mundo cartesiano. É uma filosofia profundamente racionalista e metafísica, com a opção pela matemática.

Pode-se verificar seu caráter reducionista no segundo passo, dos quatro que compõem o método.

Segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas fossem para melhor resolvê-los (DESCARTES, 1989, p. 157).

Em seu mundo cartesiano, na seguinte passagem:

Essas longas cadeias de razões, todas simples e fáceis de que os geômetras costumam servir-se para chegar às suas mais difíceis demonstrações, haviam-me dado ocasião de imaginar que todas as coisas possíveis de cair sob o conhecimento dos homens seguem-se uma às outras da mesma maneira e que, contanto que nos abstenhamos somente de aceitar por verdadeira qualquer que não o seja e que guardemos sempre a ordem necessária para deduzi-las uma das outras, não pode haver quaisquer tão afastadas a que não se chegue por fim, nem tão ocultas que não se descubram (DESCARTES, 1989, p. 157).

Galileu era um matemático rigoroso, mas buscava ser também um observador e experimentalista com o mesmo rigorismo. Com isso, oscilava entre um Platonismo matemático e racionalista e um empirista filosófico, para o qual as teorias estavam contidas nos fenômenos. Assim um aspecto esvaziava o outro, e Galileu parece ter percebido essa contradição, omitindo, dessa forma, o método de sua ciência.

Caberá a Newton enunciar teórica e praticamente o método experimental-dedutivo, que estava implícito em Galileu e Descartes. De um modo geral, pode-se resumir da seguinte forma: observação do fenômeno a ser estudado (indução), formulação de hipóteses explicativas sobre o comportamento dos fenômenos observados (dedução) e teste das hipóteses nas condições previamente determinadas (calculadas).

Tanto o método de Newton como suas descobertas exerceram enorme influência nas ciências como um todo. John Locke tentou aplicá-lo aos fenômenos sociais. Da mesma

forma, os fisiocratas também buscavam descobrir a causalidade e um princípio de regularidade nos fenômenos econômicos, que permitisse explicar a natureza e a criação da riqueza (RIMA, 1990, p. 80).

É dessa influência que decorre a denominação de sua ciência como "Fisiocracia", dada por Dupont de Nemours, que significa "regra da natureza", segundo Rima (1990, p. 80), ou "governo da natureza", segundo Kuntz (1982, p. 11).

Adam Smith também buscou descobrir as leis gerais em economia diretamente inspirado na descoberta de Newton, das leis naturais do movimento, e seu método científico espelhou-se no modo de pensar a ciência como o postulado por Isaac Newton na física (FEIJÓ, 1991, p. 52).

David Ricardo, embora não tenha sido o fundador da escola clássica, foi a figura líder das idéias daquela escola, demonstrando a possibilidade do método abstrato e gerando um grupo de discípulos que disseminavam sua teoria. Discípulos estes que alteraram e complementaram suas teorias, passando para posições neoclássicas (OSER & BLANCHFIELD, 1983, p. 87).

Ricardo também buscava determinar leis gerais que regulavam a distribuição (DENIS, 1978, p. 334), porém seu método é o exemplo de um pensador dedutivo, que ao invés de tomar a observação como ponto de partida, inicia com postulado apriorístico, que nem sequer é discutido. Os postulados são: os rendimentos decrescentes de West; a lei da população de Malthus; a lei do interesse pessoal, da livre concorrência e da propriedade de Adam Smith (MARCHAL, 1957, p. 27-8).

Com uma lógica incomum num argumento dedutivo, Ricardo extrai leis econômicas fundamentado em seus postulados, sendo que jamais irá testá-las empiricamente (MARCHAL, 1957, p. 28).

Da mesma forma que Smith, Ricardo também considera as leis econômicas como leis naturais, de alcance universal; ao mesmo tempo, ao negar a história, adota o ponto de vista materialista da filosofia utilitarista. Jeremias Bentham, representante da escola utilitarista, adota o sistema de Ricardo, considerando que é a melhor forma de mostrar que tanto os fenômenos sociais como os fenômenos físicos são regidos por leis naturais (DENIS, 1978, p. 351).

Quase cinquenta anos depois da última publicação de Ricardo, que reinou nesse período como doutrina dominante nas escolas liberais, surgem três grandes publicações que são o marco da transformação do pensamento econômico e a evolução da teoria econômica fortemente baseada na matemática, que se denominará de Neoclássicos, ressaltando que estes conservam alguns paradigmas da teoria clássica, como a mão invisível, o pleno emprego e a eficiência do livre comércio.

Essa denominação é atribuída uma vez que os neoclássicos se esforçaram por demonstrar, novamente, as conclusões dos clássicos das vantagens do liberalismo econômico (DENIS, 1978, p. 488).

As três grandes publicações foram: "Teoria de Economia Política", de William Stanley Jevons; "Fundamentos de Economia Política", de Carl Menger, ambas publicadas em 1871; e "Elementos de Economia Política Pura", de Leon Walras publicada em 1874. Essas publicações desenvolvidas em paralelo apresentaram semelhanças surpreendentes

quanto ao conteúdo e à abordagem.

Essa nova abordagem difere totalmente dos clássicos, pois eles não estavam mais preocupados com a distribuição da riqueza entre classes. Agora buscam elaborar uma teoria que explique a produção em função da combinação de fatores, não existindo mais mercadorias e sim bens, que satisfazem necessidades, como também não existe mais o valor de troca, mas de uso (FONSECA, 1981, p. 44).

Outra distinção importante em relação aos economistas anteriores é o caráter reducionista de sua abordagem mantendo, porém, a forma abstrata e dedutiva de Ricardo.

Os neoclássicos formalizaram modelos que geralmente tendem para o equilíbrio, em função de forças opostas, apesar de envolverem questões subjetivas e psicológicas, que estão contidas na utilidade. No início, a utilidade foi considerada quantificável, na tentativa atroz de possuir um modelo que fosse científico; posteriormente, evoluiu para uma maior sofisticação, que seria o ordenamento de suas preferências, mas, de outra forma, até mais formalizado.

Em resumo, ao invés de conceber o indivíduo como parte de um todo, baseiam-se no pressuposto de que a família e a empresa podem ser estudadas como microcosmos separados e empenhados no balanceamento racional, que migra para o equilíbrio. Isso leva a crer em um mundo cartesiano e vê-la como uma teoria mecanicista, que não se afasta do mundo físico de Newton.

2 O mito, a ideologia e o quantitativismo

Uma rápida revisão na formação das escolas do pensamento econômico que se desenvolveram no ideal mecanicista possibilita verificar que essas buscavam encontrar leis gerais que regiam a economia e que emanavam de forças naturais, portanto, sendo destituídas de valoração. Desse modo, a melhor forma de atuação econômica seria a interferência mínima nessas forças para possibilitar o melhor desempenho da economia.

Porém, em todas as escolas, estava envolvida a questão ideológica. Nos Fisiocratas, a defesa do "status quo" da monarquia e da nobreza (RIMA, 1990, p. 80); em Malthus, a defesa dos proprietários fundiários; em Ricardo, dos industriais (DENIS, 1978, p. 334), sendo que os marginalistas favoreciam os empregadores e os proprietários de terra, apoiando os ricos que, em geral, se opunham à intervenção governamental que poderia redistribuir a renda (OSER & BLANCHFIELD, 1983, p. 209).

Essa mitificação da economia, com o ocultamento do caráter ideológico, leva a afirmações como "o salário mínimo de subsistência", legalizando uma condição atroz ao trabalhador, pois qualquer que fosse a política, o salário tenderia sempre para o de equilíbrio que é o de mínimo de subsistência.

A esse respeito, Marchal realiza a seguinte crítica:

"Qué extraña conclusión! Por un lado, Ricardo demuestra que el salario no se puede establecer sino en el mínimo de existencia, y por el otro, llega a la conclusión de que la felicidad de la sociedad no puede resultar sino del libre juego de estas leyes inhumanas" (MARCHAL, 1957, p. 30).

A resposta para a pergunta a quem essas teorias estavam servindo fica evidente quando é analisada criticamente. É certo que toda ciência social contém um juízo de valor e, quando este é explicitado, não se corre o risco de crer em leis que condicionam a uma situação, mas se faz uma opção na direção que se quer tomar, buscando alternativas para mudar aquilo em que não se acredita ser justo.

Capra tem uma passagem interessante no seu texto sobre esse tema:

...é impossível existir uma ciência social "isenta de valores". Os cientistas sociais que consideram "não-científica" a questão de valores e pensam que a estão evitando estão tentando o impossível. Qualquer análise "isenta de valores" dos fenômenos sociais baseia-se no pressuposto tácito de um sistema de valores existentes que está implícito na seleção e interpretação de dados. Ao evitarem, portanto, a questão dos valores, os cientistas sociais não estão sendo mais científicos, mas pelo contrário, menos científicos, porque negligenciam enunciar explicitamente os pressupostos subjacentes a suas teorias (CAPRA, 1994, p. 182).

Essa rejeição que os neoclássicos possuem de inserir em seus modelos os valores não-enunciados em nome de uma ciência que é objetiva e, por que não dizer exata (dada sua concepção cartesiana de mundo), decorre da tentativa de dotá-la de rigorismo científico. Entretanto, resulta desse procedimento um completo desvinculamento com os principais problemas sociais do nosso século. Kenneth Boulding, então presidente da American Economic Association, referiu-se a essa tentativa da seguinte forma:

um exercício monumentalmente malogrado (...) que tem preocupado toda uma geração de economistas (na verdade muitas gerações) levando a um beco sem saída, com desprezo quase total pelos principais problemas do nosso tempo (BOULDING apud CAPRA, 1997, p. 183).

É essa atitude dogmática que possibilita medidas não humanas, condicionadas por uma ideologia disfarçada e normativa, uma vez que serve de orientação para estipular políticas para promoverem o crescimento econômico.

Já que existe uma tendência natural para o equilíbrio, pode-se afirmar que, quanto menor forem as interferências mais facilmente será atingido. Considerando-se que ele será sempre melhor do que se houver intervenção, então: a pobreza, o analfabetismo, o desemprego, entre outros males, são conseqüências das interferências governamentais na economia, que seriam reduzidas ou minimizadas se fosse permitida a livre concorrência.

É evidente que se está aqui concentrando a visão no núcleo falso do caráter mítico do conhecimento econômico, conforme descrito na introdução, mas não deixa de se ressaltar que essa também tem seu núcleo verdadeiro, o que será comentado rapidamente no final do texto.

A formalização e a quantificação são em muitas áreas extremamente necessárias para não dizer a única forma de operacionalizá-las. Muitas vezes, a linguagem matemática consegue explicar fatos e relações que a linguagem falada ou escrita não logra. Um exemplo está na fronteira do conhecimento da Física Quântica, onde somente a linguagem matemática

tica, por meio de símbolos matemáticos e equações, consegue expressar com precisão o objeto em estudo e as relações existentes.

Isso decorre do fato de que muitas vezes os elementos e as relações envolvidas, por serem novos, não encontram no vocabulário, palavras que expressam o sentido correto dos elementos e, ao mesmo tempo, dado a complexidade das relações envolvidas, sua explicação requereria uma explanação muito volumosa e, por vezes abstrata, e seu entendimento tornar-se-ia difícil. Aliás, a utilização de gráficos e equações para exemplificar determinadas relações e restrições é muito útil em economia, justamente com o objetivo de facilitar o entendimento e resumir a explanação.

Cabe ressaltar que, nas últimas cinco décadas, a Física foi uma das Ciências que sofreu maiores modificações em seu método. Esse processo de mudança se iniciou com a teoria da relatividade de Einstein, em que os métodos de estudo eram até então fortemente influenciados pelo método mecanicista, herdado de Newton, e cartesiano, que não permitia avançar nas pesquisas da Física Quântica, onde o pesquisador interagia com o objeto, e a solução era probabilística e não mais determinística.

O mais interessante é que, ao olharem para as ciências econômicas, quando esses pesquisadores (dotados de um instrumental quantitativo dos mais evoluídos e com linguagem formal de comunicação na fronteira do conhecimento e que, portanto, não poderia ser-lhes atribuído dificuldades para entenderem os modelos) criticam exatamente a abordagem fragmentária e o formalismo dos modelos econômicos, não levando em consideração as variáveis qualitativas, e por isso, distanciados da realidade.

Fritjof Capra, Ph. D. em Física, assim se refere a essa questão:

Os únicos valores que figuram nos modelos econômicos atuais são aqueles que podem ser quantificados mediante a atribuição de pesos monetários. Essa ênfase dada à quantificação confere à economia a aparência de uma ciência exata. Ao mesmo tempo, contudo, restringe severamente o âmbito das teorias econômicas na medida em que exclui distinções qualitativas que são fundamentais para o entendimento das dimensões ecológicas, sociais e psicológicas da atividade humana. (...) A abordagem fragmentária dos Economistas contemporâneos, sua preferência por modelos quantitativos abstratos e sua negligência pela evolução estrutural da economia, resultaram numa imensa defasagem entre a teoria e a realidade econômica (CAPRA, 19947, p.183-4).

Capra, ao elaborar sua crítica, justifica que isso decorreu da tentativa dos economistas em adotar os paradigmas cartesianos e os métodos da Física Newtoniana, na busca de dotar a Ciência Econômica de respeitabilidade. No entanto, esse método é totalmente inadequado para a análise dos fenômenos que esses cientistas descrevem, tanto por não considerarem valores não-enunciados, como pela tendência de congelarem a economia em uma determinada estrutura institucional, desconsiderando as contínuas evoluções que gerariam mudanças nos modelos.

Além disso, atribui erros de especificações nas variáveis que normalmente compõem os modelos econômicos e se refere à elas como não sendo corretamente definidas. São alguns exemplos dessas variáveis: riqueza, produtividade, tecnologia, lucro etc. Cita-se aqui a explicação de apenas uma delas.

Uma das razões pelas quais o conceito de "lucro" se tornou tão distorcido é a divisão artificial da economia em setores público e privado, que levou os economistas a ignorar o vínculo entre lucros privados e custos públicos (CAPRA, 1994, p. 221).

A abordagem fragmentária e a distorção na definição das variáveis, além dos problemas em relação à capacidade de prever e solucionar problemas de ordem puramente econômica, traz como consequência enormes prejuízos à ecologia. Os danos que as fábricas e alguns serviços causam à natureza não afetam seus lucros, pois são custos sociais, mas, conforme a teoria da "máxima eficiência", o governo deve interferir o menos possível, então...

Essa distorção na definição das variáveis que compõem os modelos faz crer que por trás desse erro está, também, uma questão ideológica, ou seja, elas já são assim definidas com o objetivo de comprovação da eficiência dos mercados de livre concorrência, caso contrário, poderia comprometer as conclusões "claras" dos modelos. Assim, o caráter ideológico não está somente nos postulados do modelo, mas também na seleção das variáveis que o compõem.

Cabe ressaltar que a avaliação de Capra em relação à Ciência Econômica refere-se não somente ao modelo neoclássico, que é o mais fortemente atingido, mas a todas as correntes do pensamento econômico atual e ao método dessas correntes.

As críticas realizadas por Capra soam muito fortes e verdadeiras vindo ao encontro das críticas de muitos outros autores, mas apesar disso, o quantitativismo e a formalização nas Ciências Econômicas têm sofrido um impulso cada vez maior nos últimos anos. Isso pode ser verificado pelos artigos editados nas publicações especializadas de economia, principalmente nos países de língua inglesa, onde quem não domina fortemente a teoria matemática não tem a menor possibilidade de entender a maioria expressiva desses artigos.

Considerações Finais

Nesse texto, tentou-se mostrar a influência que os economistas sofreram da Física Newtoniana, bem como de seu método. Assim procedeu-se com o intuito de tentar compreender melhor como e por que a Ciência Econômica, que é uma ciência humana, evoluiu para um formalismo extremado, fazendo crer que é uma ciência exata.

Com essa compreensão, tem-se melhores condições de criticá-la como se preteria, ou seja, de mostrar que por trás dessa objetividade, buscada de um mundo cartesiano e mecanicista, estava contida uma questão ideológica. E que por essa ideologia, vista no conceito de mito, passa valores, normas e idéias, mas esconde o verdadeiro significado do fenômeno. Isso pode ser comprovado quando se percebe a quem serviram as escolas do pensamento econômico e, ao mesmo tempo, pode-se observá-la quando na definição das variáveis, em que seus conceitos são distorcidos e incorporados no modelo sem maiores cuidados.

O objetivo principal, entretanto, era mostrar que a aceitação da teoria econômica como uma atividade científica livre de valoração poderia acarretar implicações anti-sociais. Ora, conforme se pôde ver, a economia não é livre de valoração, ainda que a busca do formalismo tente induzir que assim seja. Isso leva a aceitar a crítica de Marchal, de Boulding e de Capra, de que esse procedimento cartesiano está descompassado da realidade e, ao mesmo tempo em que é aceito como totalmente verdadeiro, muitas injustiças são feitas em nome do desenvolvimento econômico, como se esse fosse apenas crescimento econômico.

Alfred Marshall, um dos mais conhecidos economistas neoclássicos e responsáveis pela primeira síntese neoclássica, não se limitava a sua formalização, e os resultados desta quando não via neles o atendimento de suas ansiedades. Strauch, no seu texto de introdução do livro de Marshall – *Princípios de Economia* - assim se manifesta:

Marshall (...) não vacilava em entremear sua rigorosa análise econômica com observações e prescrições normativas de caráter ético-social, saindo do estrito campo da economia quando esta não lhe apresentava soluções para os prementes problemas da sociedade que tanto o afligiam (STRAUCH, in MARSHALL, 1996, p. 41).

Uma das diversas passagens que reflete essa conduta de Marshall é:

Os antigos economistas levaram em pouca conta o fato de serem as faculdades humanas meio de produção importante como qualquer outra espécie de capital; e, no entanto, podemos concluir em oposição a eles, que qualquer mudança na distribuição da riqueza que dê mais aos que percebem salários e menos aos capitalistas é capaz, em igualdade de outras circunstâncias, de acelerar o crescimento da riqueza material, e não retardará de forma perceptível a sua acumulação. (...) Um povo no qual a riqueza é bem distribuída e que tem altas ambições é capaz de acumular grandes riquezas sob a forma de propriedades públicas (MARSHALL, 1996, p. 283).

Aliás, esse era o objetivo específico, o de mostrar como uma economia de consumo, com teorias que respaldam essa sociedade, tornam-se elas mesmas propulsoras de ações não ecológicas. Isso decorre basicamente da visão reducionista, que não consegue ver o homem dentro de um processo vivo, composto de seres vivos em constante mutação. Muito menos, na possibilidade de evoluir para uma nova sociedade ou relação que se possa chamar, realmente, de uma sociedade humanitária.

É preciso destacar que esse resultado decorre fundamentalmente do fato de que a soma das preferências individuais não somam a preferência social. Logo, pela otimização das utilidades individuais deixa-se de fora toda a questão ambiental e das mazelas das desigualdades sociais. Esse mesmo efeito pode ser obtido se busca-se o ótimo pela minimização de custos, uma vez que os custos individuais não incorporam os custos sociais produzidos pelas atividades em questão.

Por outro lado, se ela é mítica, conforme se definiu, ela também contém conhecimento verdadeiro. Muitos dos conceitos e resultados desses modelos são verdadeiros e

sua evolução é visível ao longo dos tempos, não se tratando, assim, de desprezar a teoria econômica e começar outra, mas sim, de conservar suas potencialidades e ajustar suas variáveis e seu método para que possa refletir os elementos quantificáveis e os valores não enunciados.

Por fim, conforme Morin (2003, p. 14) “o conhecimento não pode ser considerado uma ferramenta *ready made*, que pode ser utilizada sem que sua natureza seja examinada. Da mesma forma, o conhecimento do conhecimento deve aparecer como necessidade primeira, que serviria de preparação para enfrentar os riscos permanentes de erro e de ilusão, que não cessam de parasitar a mente humana. Trata-se de armar cada mente no combate vital rumo à lucidez.”

Referências

- BOULDING, Kenneth. Apud CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. In: HÜHME, Leda Miranda. (Org.) *Metodologia Científica; caderno de textos e técnicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989. p. 102-103.
- DENIS, Henri. *História do Pensamento Econômico*. Lisboa: Livros Horizonte LTDA, 1978.
- DESCARTES, René. As regras do Método. In: HÜHME, Leda Miranda. (Org.) *Metodologia Científica; caderno de textos e técnicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989. p. 156-157.
- FEIJÓ, Ricardo Luiz Chaves. *A Filosofia da Ciência em Adam Smith*. Anais da Ampec, 1991.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Clássicos, Neoclássicos e Keynesianos: uma tentativa de sistematização. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo: UNISINOS, n. 30, março, 1981.
- HÜHME, Leda Miranda. *Metodologia Científica; caderno de textos e técnicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- HUNT, E. K.; HOWARD, J. Sherman. *História do Pensamento Econômico*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- KUNTS, Rolf. *Capitalismo e Natureza; ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1985.
- MARCHAL, André. *Metodologia de la Ciencia Económica; el conflicto tradicional entre los métodos y su renovación*. Buenos Aires: El Ateneo, 1957.
- MARSHALL, Alfred (1890). *Princípios de Economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

OSER, Jacob; BLANCHFIELD, Willian C. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1983.

RIMA, Ingrid Hahne. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1990.

ROSE, Steven; ROSE, Hilary. O Mito da Neutralidade Científica. In: HÜHME, Leda Miranda. (Org.) *Metodologia Científica; caderno de textos e técnicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989. p. 76-77.

SIMON, Maria Célia. Galileu Galilei. In: HÜHME, Leda Miranda. (Org.) *Metodologia Científica; caderno de textos e técnicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989. p. 122-128.

SOLIS, Sidney Sérgio Fernandes. O Método Experimental-Dedutivo e a Revolução Galileu-Cartesiana. In: HÜHME, Leda Miranda. (Org.) *Metodologia Científica; caderno de textos e técnicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989. p. 161-171.

Recebido para publicação em 22/02/05

Aceito para publicação em 05/04/05